



Pedido de diálogo

Patriarca lembra ao Governo papel social da Igreja

As relações entre o Estado e a Igreja Católica já viveram dias piores, mas o patriarca de Lisboa está preocupado pela falta de apoio às suas obras sociais, o que pode levar ao encerramento de muitos estabelecimentos e implicar custos de substituição elevados. D. José Policarpo quer também ver resolvido o diferendo sobre a assistência religiosa nos hospitais, mas confia no diálogo.

Portugal, 4/5

4 - Público - quarta-feira 3 outubro 2007

Portugal

Relações com o Estado D. José Policarpo não quer criticar Governo na praça pública

Igreja pede mais espaço para trabalho social

Cardeal diz que já houve momentos mais graves na relação com o Estado, mas avisa que é 'desperdício' não aproveitar rede social católica

Aurelio Marujo

O patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, manifestou ontem a vontade de a Igreja continuar a cooperar com o Governo sobre os vários temas que lhe têm sido colocados nos últimos meses, mas disse não considerar a situação "muito grave" do que resulta que sucederam no passado. Não pode considerar, contudo, que se trata de "desperdício" se o Estado não aproveitar a rede de apoio social da Igreja Católica, sobretudo o exemplo da rede pré-aviso e da atenção que inclui de facto de muitas dessas instituições.

As condições de trabalho de Lisboa, que se encerraram há um tempo de que se falou (a actual presidente da Comissão Episcopal de Caridade de Lisboa, Frei Mirão, disse num encontro com jornalistas, no Mosteiro de São Vicente de Fora, no passado dia 29 de setembro, que a situação de Lisboa para o Estado e o Governo são "muito graves").

Por, ao mesmo tempo, não esquecer a dimensão da rede social católica de todo o país, que é muito grande e que não se pode simplesmente ignorar. "Queremos que o Estado não desperdice o que já existe e que não se desperdice o que já existe", afirmou. "Queremos que o Estado não desperdice o que já existe e que não se desperdice o que já existe", afirmou.

O padre Francisco Chagas acrescenta ainda que "vergonha" de estar ordenado, o hábito da liberdade (de liberdade) em Lisboa. "Muito triste, também", afirmou. "O que é triste é que não há ninguém que se preocupe com o problema. Não se pode falar apenas de ajuda e não se pode falar apenas de ajuda", disse.

O padre Francisco Chagas acrescenta ainda que "vergonha" de estar ordenado, o hábito da liberdade (de liberdade) em Lisboa. "Muito triste, também", afirmou. "O que é triste é que não há ninguém que se preocupe com o problema. Não se pode falar apenas de ajuda e não se pode falar apenas de ajuda", disse.



"O atual não é mais do que um momento difícil para a Igreja"

Capelas hospitalares Ministério da Saúde pede novo parecer

O Ministério da Saúde pediu novo parecer à Comissão de Liberdade Religiosa sobre o projeto de regulamentação de capelas hospitalares, sobretudo no momento em que se encontram em curso os trabalhos de revisão do projeto de lei de liberdade religiosa.

No âmbito das capelas hospitalares, o projeto põe em causa as condições de funcionamento das capelas hospitalares, sobretudo no momento em que se encontram em curso os trabalhos de revisão do projeto de lei de liberdade religiosa.

O ministro da Saúde, Álvaro Santos Costa, afirmou que o projeto de lei de liberdade religiosa, que o Ministério da Saúde está a preparar, prevê a possibilidade de que as capelas hospitalares possam funcionar em regime de serviço público.

próximas semanas está reconhecida nos seus princípios e ainda não está aprovada a proposta de lei, sob a presidência de Mário Soares.

De acordo com o ministro da Saúde, o projeto de lei de liberdade religiosa, que o Ministério da Saúde está a preparar, prevê a possibilidade de que as capelas hospitalares possam funcionar em regime de serviço público.

O ministro da Saúde, Álvaro Santos Costa, afirmou que o projeto de lei de liberdade religiosa, que o Ministério da Saúde está a preparar, prevê a possibilidade de que as capelas hospitalares possam funcionar em regime de serviço público.

novo modelo de capelas hospitalares, através do qual sempre o serviço prestado "é de qualidade para aqueles que usam".

"Se não puderem pagar, não podem pagar", afirmou. "Se não puderem pagar, não podem pagar", afirmou.

"Se não puderem pagar, não podem pagar", afirmou. "Se não puderem pagar, não podem pagar", afirmou.



Projeto de lei "não se discute"

Portugal

Relações com o Estado D. José Policarpo não quer criticar Governo na praça pública

Igreja pede mais espaço para trabalho social

Cardeal diz que já houve momentos mais graves na relação com o Estado, mas avisa que é ‘desperdício’ não aproveitar rede social católica

António Marujo

● O cardeal-patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, manifestou ontem a vontade de a Igreja continuar a conversar com o Governo sobre os vários temas que têm feito polémica nos últimos meses, mas disse não considerar a situação “mais grave do que outras que sucederam no passado”, bem pelo contrário. Mas, avisa, será um “desperdício” se o Estado não aproveitar a rede de apoio social da Igreja Católica, referindo o exemplo da rede pré-escolar e da ameaça que paira de fecho de muitas dessas escolas.

As considerações do bispo de Lisboa, que se escusou a falar em nome do episcopado (o actual presidente da Conferência Episcopal é o arcebispo de Braga), foram feitas durante um encontro com jornalistas, no Mosteiro de São Vicente de Fora. Pretendendo apresentar o programa da sua diocese para 2007-08, o patriarca teceu considerações acerca das actuais relações da hierarquia católica com o Governo em vários temas.

Foi, no entanto, um encontro a dois tempos e duas vozes: a do patriarca, mais optimista e procurando manter pontes de diálogo; e a do padre Francisco Crespo, ex-presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e actual director do Departamento da Pastoral Social (DPS) do patriarcado. Para este responsável, “o Estado parece querer abarcar tudo”,

Público 03-10-2007

embora diga acreditar “num verdadeiro diálogo” e reconheça que a Igreja deve ter pessoas capazes de “dialogar de igual para igual” com os agentes do Estado.

O patriarca sublinhou a importância do “vasto parque de instituições” que a Igreja Católica tem na área social, mas que “é preciso valorizar na linha da qualidade”. No patriarcado, referiu Francisco Crespo, a lista de serviços que estas instituições prestam é vasta: apoio à infância, ocupação de tempos livres, promoção da mulher, assistência à terceira idade, centros para pessoas com deficiência, centros para pessoas com deficiência, apoio à maternidade e aos

“O Estado aceitou a Concordata não para ser simpático com a Igreja”



imigrantes, iniciativas de combate à pobreza, distribuição de comida e bens a pessoas necessitadas, atendimento a toxicodependentes e seropositivos, clínicas e centros de saúde.

Este responsável queixa-se, entretanto, da falta de espaço “para a negociação” e da cada vez maior exigência de qualidade nos equipamentos e nos recursos



O director da Pastoral Social concorda com as exigências de qualidade da rede de apoio, mas pergunta: “Quem paga?”

humanos. Francisco Crespo concorda com a qualidade, mas pergunta: “Quem paga?” As famílias “já sobrecarregadas de impostos”, os “mais desfavorecidos” ou os “desempregados”, as instituições ou os seus trabalhadores? Por isso pede financiamento e tempo para apresentar documentação.

Sobre os trabalhadores das IPSS, disse o patriarca que esse é o problema:

“Quem lhes paga as indemnizações, se os serviços forem extintos?” Mesmo admitindo a necessidade de respostas novas, o patriarca diz que “pode haver um vácuo” entre a desmobilização das estruturas da Igreja e a resposta plena do Estado nas diferentes áreas.

Citando o exemplo das instituições de ensino pré-escolar, afirmou: “Será um desperdício para a nação se não se integrar na rede pré-escolar o que nós temos.” E rematou: “Já o disse a quem de direito.” Em Julho, por causa do descontentamento dos responsáveis da Igreja em diversas áreas, o primeiro-ministro recebeu a presidência da Conferência Episcopal.

O patriarca insistiu na “confusão” entre as noções de público e privado: “As instituições da Igreja não existem com finalidade lucrativa. Não podem ser consideradas privadas, são de natureza pública. O Estado aceitou a Concordata, não para ser simpático com a Igreja, mas para potenciar o serviço da Igreja na sociedade. Essas instituições são um serviço público.”

O padre Francisco Crespo acrescentou ainda ter “vergonha” de dizer onde mora, o Bairro da Liberdade (Serafina), em Lisboa. “Miséria, pobreza, escombros” é o quadro que o rodeia. “Há mais de 40 anos que ando a lutar com o Estado e a Câmara Municipal e não há ninguém que consiga resolver o problema. Como se podem educar aquelas crianças e aquela gente?”, desabafou.

Capelães hospitalares

Ministério da Saúde pede novo parecer

● O Ministério da Saúde (MS) pediu um parecer à Comissão da Liberdade Religiosa sobre o novo projecto de regulamentação da assistência espiritual e religiosa nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde. Este é o segundo parecer, solicitado no momento em que se conhecem as críticas dos capelães católicos. A tutela responde que o documento ainda está sujeito a alterações.



Projecto de lei “não está fechado”

Na opinião dos capelães hospitalares, o projecto põe em causa a sua integração nos serviços de saúde, um retrocesso relativamente ao projecto inicial. É precisamente porque o projecto é diferente do primeiro, apresentado à Comissão da Liberdade Religiosa (CLR) no primeiro trimestre deste ano, que o MS pediu novo parecer, diz o vice-presidente da CLR, Fernando Soares Loja.

O primeiro-ministro garantiu entretanto à Conferência Episcopal Portuguesa que irá acompanhar o assunto, independentemente das conversas entre bispos e MS. A CLR não tem prazo para dar a resposta ao ministério, uma vez que

só na próxima semana será reconduzida nas suas funções e ainda não está agendada a primeira reunião, sob a presidência de Mário Soares.

Ontem, no encontro com jornalistas, o patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, admitiu que as conversas com o Governo podem levar a um novo modelo de capelarias hospitalares, “mas que garanta sempre o serviço prestimoso” que é prestado por aquelas estruturas.

“Se fosse preciso pagar [o serviço dos capelães], a Igreja pagava. Mas penso que não será preciso chegar lá. Se a paróquia paga ao seu pároco, porque não há-de o hospital pagar ao capelão, que muitas vezes trabalha lá a tempo inteiro?”, perguntou.



Público 03-10-2007

O cardeal disse ainda que, por vezes, são os capelães católicos que chamam ministros de outras confissões. “Quando se aproxima a morte, as pessoas apreciam muito que alguém as escute”, afirmou. E contestou a possibilidade de este serviço ter um âmbito paroquial. “O serviço aos doentes é uma pastoral especializada. Há décadas que investimos nisso, escolhendo os melhores padres.”

A assessora do MS para a imprensa, Helena Marteleira, garante que o projecto de lei “não está fechado” e que há abertura para alterações, uma vez que foi pedido novo parecer.

A.M. e B.W.